

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

**EVASÃO E INFREQUÊNCIA ESCOLAR: O CASO DE
UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE
SEGREDO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Ana Paola Bavaresco

Sobradinho, RS, Brasil
2014

EVASÃO E INFREQUÊNCIA ESCOLAR: O CASO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SEGREDO

por

Ana Paola Bavaresco

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação à Distância Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientador: Professor Hugo Antonio Fontana

Sobradinho, RS, Brasil

2014

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de especialização

**EVASÃO E INFREQUÊNCIA ESCOLAR: O CASO DE UMA
ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SEGREDO**

ELABORADA POR
Ana Paola Bavaresco

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Hugo Antonio Fontana, Dr. (UFSM)
(presidente/orientador)

Sueli Menezes Pereira, Dr. (UFSM)
(1º examinadora)

Cláudia Letícia de Castro do Amaral, Me. (UFSM)
(2º examinadora)

Glades Tereza Felix, Dr. (UFSM)
(suplente)

Sobradinho, 30 de outubro de 2014.

RESUMO

Monografia

Curso de Pós-graduação a Distância

Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional

Universidade Federal de Santa Maria

EVASÃO E INFREQUÊNCIA ESCOLAR: O CASO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SEGREDO

AUTORA: Ana Paola Bavaresco

ORIENTADOR: Hugo Antonio Fontana

Data e Local da Defesa: 29 de novembro de 2014, Sobradinho.

A evasão e infrequência escolar estão entre os principais problemas no âmbito da educação pública brasileira. O presente projeto traz como problema analisar as causas da evasão escolar em uma Escola Pública da Rede Municipal de Segredo ocorrido durante o ano de 2014 e quais estratégias estão sendo usada pela gestão escolar e família para evitar esse problema. Tem como objetivo buscar estratégias para evitar a evasão a partir das constatações de sua causa. Tem como público alvo alunos de Sexto ao Nono Ano do Ensino Fundamental, Pais e Professores destes alunos, a Equipe Gestora da Escola e o Conselho Tutelar local. Este estudo caracteriza-se como Pesquisa Qualitativa e Estudo de Caso Etnográfico e como instrumento de pesquisa foram utilizado Questionários Estruturados contendo perguntas abertas e fechadas, específicos para cada um e Entrevista com os membros do Conselho Tutelar. Foi realizada a Análise do Conteúdo sendo apresentados os resultados de forma descritiva em que se constatou que a evasão escolar depende de diferentes fatores, sendo estes intra e extraescolares, e que de acordo com as questões levantadas concluiu-se que o trabalho seguido do desgaste, a falta de incentivo dos pais e gestores educacionais e as aulas desinteressantes são os principais motivos que os levam a evasão e a infrequência. As estratégias sugeridas vêm desde o incentivo da família, escola, professores e o cumprimento dos deveres do Poder Público frente à educação, sendo a evasão escolar evitada a partir disto e não atentar as consequências do problema.

Palavras-chave: evasão escolar; gestão escolar; família.

ABSTRACT

The dropout and infrequency are among the main problems within the Brazilian public education. This project is about the problem as finding the causes of truancy in a public school in the county called Secret occurred during the year 2014 and what strategies are being used by the school management and family to avoid this problem. Aims to develop strategies to prevent the evasion and find their cause. Its target audience students from 6th to 9th grade of elementary school, parents and teachers of these students, the management team of the school and local Guardian Council. This study is characterized as qualitative research and ethnographic case study and as a research tool was used structured questionnaires containing specific for each and interview with members of the Guardian Council open and closed questions. Content analysis was performed descriptively results where found that dropout depends on different factors, which are intra and extra-curricular , and according to the issues raised and presented to conclude that followed the work wear , lack of parental encouragement and educational managers and uninteresting lessons are the main reasons that lead to dropout and the infrequency and the suggested strategies comes from the encouragement of family , school , teachers and the duties of government across the education , and the avoidance school prevented from it and not jeopardize the consequences of the problem.

Keywords: dropout; school management; family.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I- Evasão Escolar.....	11
1.1 Fatores externos e a evasão.....	13
1.2 Fatores internos e a evasão	13
CAPÍTULO II: A EVASÃO NA REALIDADE DA ESCOLA EM QUESTÃO.....	16
2.1 Alunos.....	16
2.2 Família.....	18
2.3 Professores.....	21
2.4 Direção Escolar.....	26
2.5 Conselho Tutelar.....	29
REFERÊNCIAS	32
ANEXOS	37

INTRODUÇÃO

A evasão e infrequência escolar estão entre os principais problemas da escola fazendo parte, historicamente, dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira. Este tema ocupa espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Com isso, as discussões acerca da evasão escolar têm tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar da criança.

De acordo com Patto (1987, p. 59):

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia, da vida na escola e na produção deste fracasso estão envolvidos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de ser uma característica apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares.

Existem diversos motivos que levam a criança ou o adolescente a abandonarem os estudos como a necessidade do trabalho para ajudar na renda familiar, desmotivação dos professores pelos baixos salários. Professores despreparados para enfrentar os novos desafios que os alunos apresentam no dia-a-dia de trabalho, a baixa qualidade do ensino incluindo os baixos investimentos públicos na educação, os problemas sociais que assolam o nosso país, a falta de comprometimento dos pais, desestruturação familiar, problemas cognitivos dos alunos, o próprio currículo escolar, a desmotivação por parte de alunos e professores e muitos outros fatores que podem influenciar a alta taxa de evasão.

De acordo com Ferreira (2011, p. 02), podem-se classificar os fatores determinantes da evasão escolar da seguinte maneira:

Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficientes, ausência de motivação, e outros; Aluno desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, cognição, entre outros; Pais/responsáveis: não cumprimento de o pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, desestrutura familiar; Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência, necessidade de renda, entre outros.

A presente pesquisa tem como tema evasão escolar. Nota-se que a evasão depende de fatores extra e intraescolares e precisa ser analisado por meio de muitos debates que apontam diversas causas e possíveis soluções para o problema em questão, deixando claro que ao falar em evasão estaremos tratando da infrequência escolar igualmente.

A escolha do tema evasão escolar me motivou a pretensão de conhecer de fato a realidade dos jovens que por diversos motivos abandonam o meio estudantil e a melhor forma de colaboração como gestores para que isso não aconteça.

Problema de Pesquisa: Quais as causas da evasão escolar em uma escola pública da rede municipal do Município de Segredo ocorridas durante o ano de 2014 e quais estratégias estão sendo usadas pela gestão escolar e família para evitar esse problema?

O objetivo geral:

A partir das constatações das causas da evasão escolar, buscar estratégias para evitar este problema.

Objetivos específicos:

- Conhecer a situação atual dos alunos que estão no ensino fundamental comprometidos com a problemática da evasão e infrequência escolar;
- Descobrir as principais causas da evasão e infrequência escolar;
- Formular, analisar e confrontar dados coletados;
- Buscar estratégias, a partir dos dados coletados que visem evitar a evasão e infrequência escolar.

O trabalho foi desenvolvido em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental situada na localidade de Três Vendas, no Município de Segredo, Rio Grande do Sul, Brasil. Teve como público alvo alunos de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Pais, Professores, Gestores da Escola e o Conselho Tutelar.

A escola tem o objetivo de proporcionar aos estudantes situações que contribuam para o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo, psicomotor, atenção e o raciocínio lógico, dentro de uma pedagogia lúdica e de livre expressão, levando-as à estruturação das noções básicas na formação da sua personalidade e de caráter capazes de auxiliá-las na leitura e na escrita do mundo.

Atualmente a Escola conta com 187 estudantes matriculados e 184 frequentando, sendo vinte na Educação Infantil 88 no Ensino Fundamental inicial 79 no final. A idade média dos estudantes do ensino fundamental final é de 11 a 17 anos. Os estudantes provêm de diferentes comunidades do interior. Quanto às condições sócias, econômicas e financeiras as famílias são de nível baixo, a grande maioria sobrevive da agricultura familiar ou são

agregados Noventa e oito por cento dos estudantes fazem uso do transporte escolar para chegar até a Escola.

Conta com 22 professores. Sendo 01 diretora, 01 vice-diretora, as quais assumem também o papel da supervisão e orientação educacional. Vinte professores atuam em sala de aula. Da totalidade dos professores e equipe diretiva, 18 possuem graduação, 15 pós-graduação, 04 possuem o curso normal. São 4 funcionários, sendo 1 secretária, 1 merendeira e 2 serventes. Os quatro têm o Ensino Fundamental. A escola possui o Conselho Escolar e o Círculo de Pais e Mestres.

Diante da realidade, a escola possui: uma biblioteca, um laboratório de informática com apenas dois computadores funcionando e com internet, seis salas de aula que comportam do Pré ao 9º ano do Ensino Fundamental, funcionando nos turnos manhã e tarde, uma cozinha, dois banheiros em boas condições, um ginásio de esportes e pátio aberto de pequeno tamanho.

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa estudo de caso etnográfico, pois segundo a literatura de André (1995), congregam esses dois tipos de pesquisa. O estudo de caso visa a analisar uma dada realidade em profundidade para compreender um fenômeno, situado no contexto atual, a partir de diferentes variáveis. Uma destas variáveis podem ser a compreensão do dinamismo próprio da cultura escolar e suas implicações/relações no fenômeno estudado, configurando assim o uso do estudo de caso etnográfico. Ao utilizar um estudo do tipo etnográfico em educação, a pesquisa deverá analisar como destaca André, pelo menos três dimensões: a institucional, a pedagógica e a sociopolítica/cultural do contexto escolar estudado.

É importante lembrar que o estudo de caso visa à compreensão/análise de uma situação singular, preocupando-se em analisar "como" e "por que" se configura a realidade analisada. A etnografia também busca analisar um "caso específico", porém o desenvolvimento do estudo requer uma grande aproximação do pesquisador frente ao contexto investigado a fim de compreender os elementos culturais que se apresentam, sendo a observação participante uma técnica essencial para esse tipo de pesquisa. Assim, a pesquisa etnográfica ou estudo de caso etnográfico se configuram como necessários frente à situação proposta, pois envolve a compreensão dos hábitos, valores, cultura das famílias envolvidas.

Yin (1989) afirma que o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o

fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas.

Como instrumentos de pesquisa foram aplicados questionários direcionados a Equipe Diretiva e Supervisão Escolar, Professores, Pais e Alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, contendo perguntas abertas e fechadas, específicos para cada um. Também se realizou entrevista com os membros do Conselho Tutelar do Município. Após, foi realizada a Análise do Conteúdo, onde, hoje, de acordo com Bardin (1977), a Análise de Conteúdo é definida como “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Então foram apresentados os resultados de forma descritiva. Enfim contatam-se as conclusões sobre os resultados obtidos, sugestões e análise crítica destes.

CAPÍTULO I: EVASÃO ESCOLAR

Entende-se por evasão escolar o fato de o aluno, uma vez matriculado, deixar de frequentar a escola, seja por qualquer motivo, caracterizando o abandono escolar, e infrequência é a ausência injustificada do aluno à escola.

A evasão escolar é um tema historicamente debatido no Brasil e que necessita de muita atenção por parte das políticas públicas, escolas e famílias, pois de acordo com a opinião de Charlot (2000, p. 18), a problemática da evasão escolar deve ser vista sob vários ângulos, tais como:

Sobre o aprendizado... Sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das chances, sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a crise, sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania.

Os dados revelam que a evasão é um problema nacional, não se restringindo a apenas algumas unidades escolares. Diversos programas e ações em nível nacional, estadual, municipal e escolar já foram adotados para tentar suprir essa realidade, como o bolsa-família, o PETI (Programa de Erradicação do trabalho Infantil), o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), o Mais Educação, o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, os cursos de formações continuadas, entre tantos outros, contudo não acabando com o problema do abandono escolar.

De acordo com Patto (1999), a complexidade do fracasso escolar decorre das dimensões políticas, históricas, socioeconômicas, ideológicas e institucionais, bem como das dimensões pedagógicas articuladas às concepções que fundamentam os processos e as dinâmicas em que se efetivam as práticas do cotidiano escolar.

Segundo a legislação brasileira, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996), o ensino fundamental é obrigatório para as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, sendo responsabilidade das famílias e do Estado garantir a eles uma educação integral, e muitos, mesmo não sendo obrigados a trabalhar, abandonam a escola por necessidade de ajudar no trabalho familiar. Esta lei também nos diz que, no seu art.2º “que a educação é dever da família e do Estado”, portanto é dever dos pais ou responsáveis, e da escola cuidar da

frequência do aluno e exigi-la. A frequência escolar exigida é de setenta e cinco por cento do total de horas letivas, devendo o controle de esta ficar a cargo da escola.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) “Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.” (§ 3º, artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil e § 3º, artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA –Lei Federal nº 8.069), e também “São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar”. (inciso V, artigo 129 do ECA –Lei 8.069).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os direitos das crianças e dos adolescentes estão sendo agredidos. Nesse sentido, cabe à instituição escolar valer-se de todos os recursos dos quais disponha para garantir a permanência dos alunos na escola. Prevê ainda a legislação que esgotados os recursos da escola, a mesma deve informar o Conselho Tutelar do Município sobre os casos de faltas excessivas não justificadas e de evasão escolar, para que o Conselho tome as medidas cabíveis.

Segundo Sêda (2002, p.31), "O conselho Tutelar não foi criado para fazer ou devem fazer, mas sim, como remédio mais energético com mais força institucional e jurídica para forçar alguém a, legitimamente, resolver a questão".

Nos estudos de Marconatto (2009), vemos a crítica aos responsáveis pela educação que delega a culpa da evasão sempre aos fatores externos à escola, nunca aos internos, como ao professor, a estrutura da escola, ensino fora da realidade do aluno e até pela sua aula, nem à escola pela sua estrutura deficitária, nem ao desinteresse do sistema em oportunizar educação de qualidade.

A partir de estudos analisados, a evasão escolar acontece em duas diferentes abordagens: uma busca explicações a partir de fatores externos a escola, e a outra, de fatores internos. Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar são apontados o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E dentre os fatores intra-escolares são apontados à própria escola, a linguagem e o professor.

1.1 Fatores externos e a evasão

Diferentes estudos buscam explicar o fracasso escolar a partir dos fatores externos a escola. Gatti (1981) refere-se que os alunos de nível socioeconômico mais baixo têm um menor índice de rendimento e são mais propensos à evasão. Assim como Arroio que culpa as desigualdades sociais pelo fracasso escolar:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais. ARROYO (1991, p. 21).

As diferenças sociais acabam acarretando diversos problemas nas crianças de nível sócio econômico mais baixo como a desnutrição citado por Silva (1978) como um dos motivos que levam boa parte dos alunos fracassarem.

Ora se as estatísticas educacionais mostram que 90% das crianças da área urbana estão na escola, notadamente nas escolas públicas, a clientela majoritária dessas escolas é oriunda do circuito da miséria e da pobreza e desta faixa ainda problemática de um a dois salários mínimos de renda familiar. Este perfil comprova (...) que o fenômeno do fracasso escolar está fortemente associado à pobreza. Dizendo melhor, são os pobres que fracassam. (BOMENY, 1998, p. 23).

Segundo Castro (1997, p. 29), a responsabilização do aluno pelo seu fracasso na escola tem como base o pensamento educacional da doutrina liberal a qual fornece argumentos que legitimam e sancionam essa sociedade de classe, e também tenta fazer com que as pessoas acreditem que o único responsável “pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social”.

Brandão (1983, p. 68), alerta que “o fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno, pois nela se manifestam todas as características que diferenciam o aluno”.

A família é o lugar indispensável para o desenvolvimento da criança e é no seio da família que ela desenvolve os hábitos de estudo. Independente do arranjo familiar e da forma como vem se estruturando é a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. (PARO, 2000, p.26).

Portanto, a família é a base da vida do educando onde aprendem valores morais, éticos, afetivos, adquirem exemplos a seguirem, por isso a desestruturação familiar acaba prejudicando o desenvolvimento da criança e conseqüentemente sua vida escolar. A família estruturada é uma forte aliada dentro da escola.

O estudo de Meksenas (1998, p. 98), sobre a evasão escolar dos alunos dos cursos

noturnos, aponta por sua vez que a evasão escolar destes alunos se dá em virtude de estes serem “obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos”. Isso acontece igualmente com alunos do ensino fundamental diurno, pois, devido às desigualdades sociais e má distribuição de renda do país, necessitam trabalhar.

1.2 Fatores internos e a evasão

Estudos apontam a escola como fator determinante da evasão e do fracasso escolar, apontando a questão de inadequação do currículo, da falta de atuação e interesse por parte do professor, desatualização, sua prática pedagógica, conteúdos fora da realidade do aluno, gestores sem capacidade, entre outros.

Brandão (1983, p. 89) afirma que:

O sistema escolar não ensina como devia. Ao invés de aproveitar a disposição do aluno em aprender, o sistema de ensino cria uma estagnação patológica que se traduz em taxas de repetências muito altas. Isso sugere que a evasão escolar precoce, comumente percebida como rejeição ou evasão da Escola, é contrária, o resultado eventual da fadiga experimentada após uma longa, porém frustrante experiência na Escola.

Ainda nos diz Brandão (1983, p. 76) que: “Há necessidade de rever os programas das escolas face ao excesso de conteúdo com relações as poucas horas diárias que os alunos permanecem na escola”.

Conforme Arroyo (1997, p.23), “a escola aponta a desestruturação familiar como a maior causa da evasão escolar e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, onde escola culpa família e família culpa escola”. Afirma que a escola atual deve estar preparada para receber e formar crianças e jovens que são frutos de uma sociedade injusta.

Já os estudos de Fukui (apud BRANDÃO et al,1983, p.38) afirmam que "o fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade".

De acordo com Azevedo (2011, p.5), “o problema da evasão e da repetência escolar no país está ligado a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também à escola que tem contribuído muito com o problema, tendo professores desatualizados e desmotivados”.

Conforme assegura Oliveira, (2002, p. 24)

[...] os problemas relacionados ao fracasso escolar, não são naturais à escola da massificação do ensino, são anteriores ao processo de democratização do sistema de ensino e dizem respeito a práticas cristalizadas no tempo que podem ter se evidenciado e assumido novas proporções com a necessidade da ampla expansão da rede e com a chegada dos novos alunos a escola. Se a escola já tinha práticas sem sentido, que pouco ou nada tinham a ver com os objetivos para os quais foi criada, ela continua tendo e isso se somou a precariedade das condições de trabalho decorrentes da expansão da educação tal como ela se deu em nosso sistema de ensino”.

Isso reflete um problema remetido por diferentes causas que são históricas e que se agravaram com a expansão do ensino, sendo muitas delas ocorridas dentro da própria instituição educacional, tendo esta o compromisso de rever suas práticas e objetivos propostos.

CAPÍTULO II: A EVASÃO NA REALIDADE DA ESCOLA EM QUESTÃO

Entender os motivos e procurar soluções para o problema da evasão escolar é de fundamental importância para acabar com a circunstância que se encontra no nosso país, onde, a partir de dados formulados, verificou-se que, durante o ano de 2014, ocorreram vinte por cento de casos de evasão escolar.

2.1 Alunos

De acordo com os resultados desta pesquisa, no que se refere aos motivos que levam o aluno a faltar aula, tem-se a questão do trabalho para ajudar a família, seja em afazeres domésticos ou para ajudar na renda, totalizando quarenta por cento, sendo que somente dez por cento afirmam que os pais preferem que eles trabalhem ao estudar, mas sessenta por cento destes alunos acham desgastante fazer as duas coisas.

Este resultado corresponde ao pensamento de Queiroz (2011, p.3, apud Meksenas 1998), qual diz: “os alunos que são obrigados a trabalhar para o sustento próprio e da família sentem-se exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, desistindo dos estudos”.

Segundo Ibidalla (2004, p. 50) “Para os jovens, a oportunidade de trabalhar funciona quase como um rito de passagem do mundo infantil para o mundo adulto. Representa um projeto de família, de melhoria de vida, o que pode significar uma oportunidade de fugir da pobreza”.

Entende-se que o motivo da necessidade de trabalhar para ajudar no sustento é pelo fato da má distribuição de renda que assola o país, como afirma Nunes (2001), um dos grandes e profundos problemas da evasão escolar é a distribuição desigual de renda. Outro motivo citado, com quarenta e cinco por cento, seriam as condições climáticas, como o frio e muita chuva, principalmente aos que necessitam sair cedo de casa, sendo a escola distante de sua moradia e pela necessidade do transporte escolar, citado por quinze por cento dos alunos, que muitas vezes não completa o trajeto por falta de estradas em condições.

Quarenta por cento dos alunos citam manterem uma má relação com a direção escolar e principalmente com alguns professores, por isso não gostam de ir à escola. Trinta e cinco por cento acham a maioria das aulas desinteressantes, tradicionais e desestimulantes, onde os professores são mal-humorados e autoritários, sentindo-se desmotivados. A escola, os professores e aulas devem fazer com que o aluno se sinta acolhido, estimulado para que goste de frequentar a escola e não desista de estudar. Cury (2003) afirma que, para ser um professor fascinante é preciso conhecer a alma humana para descobrir ferramentas pedagógicas capazes de transformar a sala de aula num oásis, e não numa fonte de stress.

Quinze por cento dos alunos não gostam de frequentar a escola pelo fato de conviverem com alunos mais velhos, fora da idade-série, pois estes abusam e usam do bullying. Cinco por cento faltam às aulas para sair à procura de trabalho. Com o mesmo percentual citam o fato de a escola estar localizada muito longe de sua casa e tem dificuldade em acordar cedo. Cinco por cento também se sentem desmotivados pela direção escolar e professores.

Quadro 1: Alunos

Trabalho para ajudar a família	40%
Má relação com a direção escolar e professores	40%
Aulas desinteressantes e desestimulantes	35%
Professores mal humorados	35%
Conviver com alunos mais velhos/bullying	15%
Procurar trabalho	5%
Escola distante da residência	5%

Quando se referem a outro motivo não citado no questionário, cinquenta por cento dos alunos afirmam terem preguiça de acordar cedo e dez por cento dizem não ter vontade de estudar. Isto nos leva a crer que muitos alunos não reconhecem a importância do estudo para o seu futuro. A autora Tatiana Sessa (2011), em seu livro “E agora, meu filho não gosta de estudar” nos diz que existem dois ingredientes importantes para ajudar os jovens: insistência e consistência. Insistência, pois a educação não tem efeitos imediatos. É preciso renovar diariamente o convite para o prazer de estudar. E consistência porque os filhos aprendem mais com o que veem do que com o que ouvem. Ainda relata que os pais devem despertar a

curiosidade, realizar passeios pedagógicos e encaminhar o jovem para uma visão de futuro. No entanto, os pais devem exigir a responsabilidade do estudo para seus filhos, assim como a escola, e servir como exemplo, e os que não estudaram devem citar pessoas como exemplo e fazer com que entendam desde sempre sobre sua importância para a vida e que o retorno do estudo vem ao longo da vida, não de forma imediata. Cinco por cento afirma não gostar de uma disciplina “X” e do professor que ministra esta disciplina.

2.2 Família

As famílias, na questão referente sobre a importância do estudo para seu filho, são unânimes em dizer que consideram o estudo bom e necessário para o futuro de seus filhos. Mas, como vimos na questão anterior, deixam a desejar na falta de incentivo para com isso. A autora do livro “Filhos bem sucedidos” Ramal (2013), explica que o primeiro passo para o estudo funcionar bem é criar o hábito. Afirmo que os pais precisam também dar exemplo para os filhos, mostrando que tem hábitos de leitura, fazendo algum curso, incentivando atividades familiares educativas e escolares. Que os pais devem ensinar a importância da escola.

Sessenta e cinco por cento dos pais respondem que seus filhos somente faltam aula por motivo de doença ou compromissos importantes. Este fato se relaciona com as respostas dos alunos, onde a maioria falta aula por este motivo que é justificado na maioria das vezes. Somente cinco por cento admitem que precisam de seus filhos para os afazeres domésticos e para ajudar na renda da família, afirmando que preferem que seu filho vá a escola, mas que muitas vezes eles preferem ficar em casa e trabalhar. Existe aqui uma contradição entre as respostas dos pais e seus filhos.

Dez por cento justificam que o filho não se sente motivado pelas aulas e professores ou simplesmente por não gostar de estudar. Dez por cento não mandam os alunos para escola pelas más condições climáticas e vinte por cento não vão à aula por perderem a hora, e assim, perdem o transporte escolar e morando longe da escola, acaba não indo.

Quadro 2- Família

Doença/compromissos	65%
Necessitam dos filhos para o trabalho familiar	5%
Desmotivados pelas aulas e professores	10%
Não gostam de estudar	10%
Condições climáticas	10%
Escola distante da residência	20%

A maioria dos pais, noventa e cinco por cento, estão satisfeitos com a direção escolar demonstrando confiança, acreditando na preocupação como escola e por serem pessoas de bem, dedicadas e pelo bom trabalho que realizam em prol da escola, desempenhando bem a sua função e por seus filhos serem bem atendidos no que for necessário. Cinco por cento citam alguns pretextos, mas não exemplificam.

É muito importante que os pais confiem na escola que delegaram seus filhos sendo um estímulo para estes e para isto a escola deve ter atitudes que trazem segurança para a confiança dos pais. Nas palavras da assessora psicoeducacional Catarina Iavelber, em uma entrevista à revista *Gestão Escolar- Confiança e Ética na Escola*, “Confiança se conquista com coerência, transparência e eficiência. Se desejamos o apoio das famílias, precisamos estar convictos das nossas ações, pois só assim nos tornaremos confiáveis”.

Quando perguntado se o filho gosta de ir para a escola, setenta por cento dos pais respondem que sim pelo fato de que sabem da importância do estudo para o seu futuro, são interessados e gostam de estudar. Cinco por cento respondem que é o dever do filho estudar. Dez por cento dizem que os filhos mantêm bons relacionamentos com os colegas, por isso gostam de ir para a escola. Quinze por cento afirmam que os filhos não gostam de ir à escola, pois acham algumas aulas desinteressantes e alguns professores mal humorados, desestimulando-os. Cinco por cento colocam que o filho reprova seguidamente, por isso não gosta.

Quadro 3- Motivos de que gostam ou não de frequentar a escola de acordo com a resposta dos pais

Gostam. O estudo é importante para o futuro	70%
Gostam. São interessados	70%
Gostam. É seu dever	5%
Gostam. Mantém bons relacionamentos com os colegas	10%
Não gostam. Aulas desinteressantes e professores mal humorados	15%
Não gostam. Reprovação	5%

Na questão do aluno gostar dos professores e das aulas, trinta por cento dos pais respondem que os filhos gostam, pois tem bons educadores. Sessenta por cento respondem que os filhos gostam de alguns professores e aulas aplicadas por eles, achando-os “chatos” e mal humorados e com aulas desinteressantes e desestimulantes, e cinco por cento falam que seu filho não gosta das disciplinas que não consegue atingir um bom desempenho. Sabe-se que o relacionamento entre professor e aluno é fundamental para a aprendizagem e interesse de ambos, pois a afetividade entre eles faz parte do ensino gerando motivação. Codo (1999, p. 50) afirma: “Sem uma relação afetiva ampla e abrangente, o processo de desenvolvimento acontece de forma desarmônica, isto é, determinados aspectos da pessoa ficam atrofiados, sobretudo no que diz respeito às emoções”.

Quando se pergunta sobre a participação na vida escolar de seu filho e de que forma participa, quinze por cento afirmam que ajudam e participam nos eventos realizados pela escola. Trinta por cento participando de reuniões de pais convocadas pela escola. Cinquenta e cinco por cento afirmam que sua participação é diária através do incentivo a sua aprendizagem ajudando nos temas de casa, nos trabalhos escolares e na educação. Trinta e cinco por cento vão seguidamente à escola para falar com os professores sobre o aprendizado e comportamento dos filhos. Quinze por cento dos pais responderam que não participam da vida escolar de seus filhos por falta de tempo.

Quadro 4- Participação dos pais na vida escolar do filho.

Participam diariamente	50%
Ajudam em eventos escolares	15%
Comparecem na escola para saber do filho	30%
Não participam por falta de tempo	15%

Foi possível observar que a maioria dos pais tem interesse e acompanham o andamento de seu filho na escola sendo isso um grande incentivo para eles e para o seu desempenho escolar. Assim explica Nogueira (1998) referindo que a participação dos pais na vida escolar dos filhos pode influenciar de modo efetivo o desenvolvimento escolar deste.

2.3 Professores

Conforme os professores, quando perguntado sobre a linha pedagógica em que trabalham, cem por cento deles afirmam usar diferentes pedagogias, de acordo com o conteúdo a ser desenvolvido e a turma que irá aplicá-lo. É relevante as linhas pedagógicas serem seguidas para o ensino, visto que possibilitam ao educador um aprofundamento maior sobre os pressupostos e variáveis do processo de ensino-aprendizagem, abrindo-lhe um leque de possibilidades de direcionamento do seu trabalho a partir de suas convicções pessoais, profissionais, políticas e sociais, contribuindo para a produção de uma prática docente estruturada, significativa, esclarecedora e, principalmente, interessante para os educandos, pois, segundo Moacir Gadotti, em entrevista para a revista Nova Escola, edição de novembro de 2000, diz que existem escolas esperançosas, com gente animada, mas existe um mal-estar geral na maioria delas. O autor ainda afirma não acreditar que isso seja trágico, que essa insatisfação deve ser aproveitada para dar um salto, pois, se o mal-estar for trabalhado, ele permite avanços. Se for aceito como fatalidade, ele torna a escola um peso morto na história, que arrasta as pessoas e as impede de sonhar, pensar e criar.

Sobre a questão dos professores considerarem suas aulas atrativas, setenta e cinco por cento respondem que às vezes, pois nem sempre a escola oferece o material ou espaço necessário. Vinte e cinco por cento respondem que procuram fazer o melhor para que os alunos entendam o conteúdo.

O professor deve ser o organizador do espaço da sala de aula; o conhecedor dos objetivos e dos conteúdos da disciplina com a qual trabalha; o responsável pelas técnicas mais adequadas para o correto desenvolvimento dos trabalhos didáticos; o avaliador continuado de todo esse processo. (VASCONCELOS, 2005, p. 61).

Na questão sobre os recursos utilizados em suas aulas cem por cento usam o livro didático, cinquenta por cento, vídeos, internet e jogos didáticos, vinte e cinco por cento utilizam giz, quadro negro, áudio e cartazes.

A geração atual de alunos é uma geração altamente dinâmica, portanto é inviável desenvolver uma aula estática para pessoas deste tipo. O que pode ser confirmado no pensamento de Rocha (2006, p.1) “o mundo passa por profundas transformações e rápidos avanços no sentido econômico, social, político e tecnológico, a escola precisa agilizar a sua caminhada para que a educação acompanhe esse permanente processo de mutação”, e para isso o uso de diferentes recursos didáticos torna a aula mais interessante, atrativa e envolvente trazendo a atenção e o prazer do aluno a assistir as aulas. Assim afirma Castoldi, (2006, p. 985) “... com a utilização de recursos didático-pedagógicos pensa-se em preencher as lacunas que o ensino tradicional geralmente deixa, e com isso, além de expor o conteúdo de uma forma diferenciada, faz os alunos participantes do processo de aprendizagem”. Mas apesar dos benefícios desempenhados pelos recursos didáticos para dinamizar a sala de aula, cem por cento dos professores preferem o uso do livro, quadro negro e giz, deixando a aula desestimulante Castoldi (2009, p. 685), também afirma que, “... a maioria dos professores tem uma tendência em adotar métodos tradicionais de ensino, por medo de inovar ou mesmo pela inércia, a muito estabelecida, em nosso sistema educacional”.

Setenta e cinco por cento dos professores responde a questão que pergunta a opinião sobre os conteúdos escolares obrigatórios dizendo que alguns são desinteressantes, pois não condizem com a realidade dos alunos, mas acham necessários e vinte e cinco por cento dizem que em alguns aspectos sim, pois dá um direcionamento a educação comum a todos. No artigo 26 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 consta que “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”, portanto o sistema de ensino é livre para incluir os conteúdos que achar necessário no currículo, de acordo com sua realidade e necessidades, mas deve obedecer a essa base nacional comum imposta, sendo uma lei obrigatória. No artigo 2º da LDB encontra-se a lei que diz: “a educação tem por finalidade o

pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, assim temos no texto “Para que servem os conteúdos?” Apresentado no Blog do autor Celso Antunes: “Os conteúdos escolares só têm sentido se auxiliam o homem a evoluir e ser mais feliz. Só encontram respaldo quando produzem no indivíduo a reflexão permanente sobre a vida, seu significado, seu sentido e suas implicações”. O autor ainda fala que:

O mundo hoje pede um cidadão cada vez mais atuante e que saiba lidar com situações diversas com inteligência. Pede ainda um sujeito que contribua com o crescimento humano e que consiga entender as diversas mídias e tecnologias existentes. Pede um sujeito que use a Química, a Física, a Matemática não apenas para calcular a distância entre objetos ou as reações entre os elementos, mas para entender o homem nas suas relações interpessoais, diminuindo as distâncias, as diferenças, e amenizando as reações. Que use a História, a Geografia, a Biologia e as Línguas não apenas para saber fatos, dados e regras que já estão registrados em centenas de lugares, mas para construir a própria história, respeitando o próprio espaço, bem como a diversidade cultural. O mundo pede um cidadão plural.

A questão de o conteúdo escolar tornar-se interessante ao aluno condiz muito com o problema da evasão, então não cabe somente aos professores resolver isso e rever as próprias leis que muitas vezes impõem coisas sem sentido como obrigação na educação.

Quanto à questão referente à opinião sobre a Direção Escolar frente ao problema da evasão, setenta e cinco por cento acham que a direção está no caminho certo, dialogando com os pais e alunos primeiramente, se não resolver o problema encaminham aos órgãos competentes. As citações a seguir nos dizem o papel que a direção e supervisão escolar devem ter: Conforme Luck, (2000, p.16) “... um gestor da dinâmica social, um mobilizador, um orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos”. Ou ainda...

O diretor coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar, conforme suas atribuições específicas, as responsabilidades decorrentes das decisões, acompanha o desenvolvimento das ações, presta contas e submete à avaliação da equipe o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente. (LIBÂNIO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2003, p. 335).

Então, o Gestor Escolar, além de suas funções burocráticas e pedagógicas tem a missão de orientar e dinamizar todo o ensino do seu estabelecimento e sendo este realmente de qualidade, dificilmente irá ocorrer a infrequência e a evasão.

Vinte e cinco por cento acham preocupante o papel da direção quanto a este problema, pois sempre procuram seguir o que a legislação propõe. Isso se relaciona ao pensamento de Fernandes (2002), onde nos fala que cabe ao diretor romper com a postura autoritária e de

passividade diante das orientações vindas de cima para baixo, como se fosse um funcionário burocrático do sistema. O Diretor deve enxergar em si mesmo um representante de um projeto político-social de educação que passa pela ruptura com um sistema seletivo, excludente, e forjar uma gestão escolar mais aberta, arejada para os anseios populares.

Quadro 5- Para melhorar a situação da evasão escolar, na opinião dos professores:

Maior interesse e estímulo da família 100%	100%
Estrutura e condições da escola	75%
Capacitação profissional	25%
Rever a obrigatoriedade do estudo	50%

Cem por cento deles citam um maior interesse e estímulo da família em relação aos estudos dos filhos e participação escolar. Esse pensamento corrobora com a citação abaixo, onde o autor afirma que:

A família, e não a escola proporciona as primeiras experiências educacionais à criança. Estas experiências começam na infância, com as primeiras tentativas de orientar e dirigir a criança _ de “treina-la”, como dizemos num nível consciente, mas, na maior parte das vezes, os pais não têm absolutamente consciência de que estão tentando influenciar o comportamento dos filhos. (LINDGREN, 1983, p. 84).

Os pais devem sempre incentivar o aluno e fazer entender a importância da educação para a vida estimulando para a continuidade dos estudos, mas, hoje em dia, temos muitas famílias sem uma base para estas ações e que acabam contribuindo de forma negativa para com seus filhos. A escola acaba tendo que orientar pais e alunos e devem parar de criar conflitos e jogar a culpa na família ou na escola e sim agir juntas para superar os problemas. Como afirma Skymaski (2006), que nessa briga a única vítima é o aluno. A escola e a família devem ter os mesmos objetivos que é fazer com que a criança desenvolva todos os seus aspectos e tenha sucesso na sua aprendizagem. Segundo dados, as instituições que tem os pais como parceiros diminuíram os índices de evasão de forma significativa.

Setenta e cinco por cento citam melhoras nas estruturas e condições da escola. Para oferecer um ensino de qualidade necessita-se de um espaço adequado nas salas de aulas, biblioteca, laboratório de informática e de ciência, recursos audiovisuais e didáticos, espaço de lazer, materiais mobiliários, cozinha e banheiros com infraestrutura adequada e muitos outros. "A criança, quando chega à escola, tem que ter equipamentos, conforto do ambiente para se concentrar, se dedicar aos estudos e ao aprendizado. O professor precisa de

equipamento para desenvolver o trabalho dele, assim como a escola", explica Joaquim José Soares Neto (2013).

Vinte e cinco por cento citam a melhora na capacitação profissional dos professores para saber lidar com as diferenças na escola e com os alunos da nova era.

... a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhora do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhora da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas. (SCHNETZLER e ROSA, 2003, p.27).

Sendo assim os cursos de formações continuadas são necessários para o aperfeiçoamento e atualização do professor para a melhora de sua prática docente e relacionamento com alunos, colegas e a própria autoestima, com isso fazendo bem o seu papel, incentivando os alunos e viabilizando uma aprendizagem significativa e estimulante.

Como sugestão, cinquenta por cento acham que deveriam ser revisto a questão da obrigatoriedade dos estudos, pois muitos vão à escola somente por que a lei obriga, que quem não gosta deveria estar livre sobre sua matrícula na escola. Assim salienta Hubernann, (s.d. pg. 58).

A educação considerada como um direito humano fundamental difere dos outros serviços que as sociedades tradicionalmente oferecem a seus membros. O direito a educação não se reveste exatamente da mesma dimensão que, por exemplo, o direito a assistência médica gratuita, a alimentação mínima, a habitação decente ou ao socorro em caso de catástrofe natural. Estes são serviços que a sociedade proporciona aqueles que os solicitam. Em geral, os cidadãos podem escolher entre utilizá-los ou prescindir deles e inclusive, adaptá-los, via de regra a seus interesses individuais. A educação, ao contrário, é via de regra obrigatória, e as crianças não se encontram em condições de negociar as formas segundo as quais receberão. Paradoxalmente, encontramos-nos, assim diante de um direito que é, ao mesmo tempo, uma obrigação. O direito a ser dispensado da educação, se esta fosse a preferência de uma criança ou de seus pais, não existe.

Já Azevedo (1874) afirma que o homem recebe do estado o direito à educação, mas também tem seu dever para com ele, que para tornar-se livre o homem precisa ser cidadão culto e esclarecido e que somente na escola conseguirá isso.

O homem pertence à nação; concede-lhe ela direitos, mas também reclama dele o cumprimento de deveres. Da mesma forma que a faculdade outorga um diploma, que exige habilitações científicas, que são obrigatórias, assim também é a Pátria, concedendo o título de cidadão a todos seus filhos, vai neste título a obrigação de autorizá-las por meio de estudos e sacrifícios. O alfabeto deve ser estudado- a cartilha deve ser compreendida- o livro de doutrina deve ser decorado. Este deve ser- é a obrigação filosófica de todos. Este deve ser não é um atentado a liberdade individual, mas a imposição da lei da cultura e do aperfeiçoamento; é este o meio de ser livre, por isso que se aprende a ser de uma maneira esclarecida.

Portanto, o poder público oferece o estudo para tornar seu povo cidadão e culto, por isso exige que todos devessem estudar, sendo uma obrigação saber ler, escrever, tomar decisões, ser responsável.

Vimos que este é um processo histórico do País, que leis foram criadas sem se dar conta da realidade e do compromisso que o próprio governo estaria assumindo, criar políticas públicas para suprir as reais necessidades de cada estabelecimento, este sendo visto como direito integral e não somente como acesso a escola, pois sendo o ensino obrigatório, dever-se-ia investir muito mais em infraestrutura, profissionais especializados, para poder acontecer um ensino de qualidade e não somente de quantidade. Conforme Cury (2002) “Um Brasil uno em sua multiplicidade, moderno e efetivamente democrático será realidade quando oferecer ao seu povo reais condições de inclusão e cidadania. Isso possibilitará o rompimento com uma realidade perversa e dualista de um passado ainda presente”.

Cunha (1986, p.69) acentua que:

Em busca da melhoria na qualidade do ensino, com fins de combater as causas da evasão escolar e definir metas para preveni-la, o Projeto Político Pedagógico deve ser objeto de estudo daqueles que estão engajados na Escola Pública. As definições de caminhos são vitais no seu processo de construção, que deverá ter no seu bojo, crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar no seu contexto social e científico, construindo um compromisso político e pedagógico.

Essa concepção, nos mostra que, superação a evasão escolar é necessário a partir das mudanças políticas e administrativas que favoreçam um trabalho pedagógico coerente com o que se espera da escola do mundo atual.

2.4 Direção Escolar

Conforme os questionários aplicados à Direção Escolar no que se refere à questão do papel da direção frente à evasão cem por cento dos gestores respondem que através do diálogo com os pais e alunos buscam investigar o motivo da evasão para assim criar alternativas para evitá-la. Cinquenta por cento deles citam a orientação e incentivo ao professor e responsabilidade referente às aulas aplicadas que devem ser de boa qualidade, prazerosa, auxiliando e incentivando o processo ensino aprendizagem. Primeiramente o diretor deve promover medidas preventivas à evasão, pois conforme Luck, (2000, p. 101),

Um diretor de escola é gestor da dinâmica social, um viabilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação dos seus alunos. Suas ações têm em mente o conjunto todo da escola e seu papel educacional.

Não apenas imediato, mas de repercussão no futuro, em acordo com a visão estratégica e com amplas políticas educacionais.

Segundo Gadotti (2004, pg.102, *apud* Romão):

O diretor de escola é, antes de tudo, um educador. Enquanto tal possui uma função primordialmente pedagógica e social, que lhe exige o desenvolvimento de competência técnica, política e pedagógica. Em sua gestão, deve ser um articulador dos diferentes segmentos escolares em torno do Projeto Político Pedagógico.

Portanto se faz necessário que a direção escolar aprenda a enfrentar o problema da evasão buscando ações que estimulem a permanência do aluno na escola e atenda as suas necessidades, indiquem caminhos, auxiliem no trabalho pedagógico, estimulem o professor e os alunos, identifique as necessidades da instituição não deixando acontecer o problema, sendo seu dever evitá-la a princípio.

Cinquenta por cento dos diretores afirmam que a maioria dos professores demonstra-se preocupados com relação à evasão e incentivam os alunos a permanecer na escola, mas cinquenta por cento acreditam que a prática docente atual está deixando a desejar na sua prática pedagógica, não atendendo as necessidades dos alunos por falta de interesse, não desenvolvendo um bom trabalho em sala de aula desestimulando o aluno, dizendo que “crê que todo o aluno, além de ter direito a um aprendizado de qualidade também necessita de atenção e carinho, respeitando as suas diferenças e dificuldades”.

Segundo Freire (1996, p. 96):

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma *cantiga de ninar*. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

A segurança com que a autoridade docente se move implica outra, fundada na sua competência profissional. Nenhuma autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leva a sério sua formação, que não estuda que não se esforça para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. A incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor. (FREIRE, 1997, p. 102).

Segundo Silva (2003), o professor não é responsável apenas por ensinar os conteúdos exigidos pelos livros e sistema de ensino, mas sim por promover meios de educação completos que englobem os aspectos sociais, intelectuais, emocionais de cada aluno. Sua atuação deve ser de forma mais completa e sua relação com seus alunos e conhecimento de suas diferenças poderão fazer toda diferença no processo ensino-aprendizagem.

Para tanto o professor, segundo Antunes (1996), precisa se comprometer com as mudanças em suas ideologias e formas de pensar ultrapassadas, que traz vestígios de uma

pedagogia que apenas deposita conhecimento nos alunos, desconsiderando os aspectos afetivos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Na questão “O Projeto Político Pedagógico de sua escola satisfaz as necessidades escolares?”, cinquenta por cento dos diretores respondem que em boa parte sim e cinquenta por cento dizem que sim, mas que depende do profissional colocar em prática o que está sendo proporcionado pelo projeto. Para melhorar a situação da evasão escolar, cem por cento afirmam que seria necessário maior interesse e estímulo da família em relação ao estudo do filho e participação escolar, aulas mais atrativas e a melhora na capacitação profissional dos professores. Essas afirmações corroboram com as dos professores.

Como sugestão cinquenta por cento da direção escolar trazem a questão de a escola promover maior contato com as famílias, fazendo uma parceria entre pais, alunos, professores e equipe diretiva, estimulando alunos a permanecerem na escola. Aqui entra a questão da gestão democrática em que toda a comunidade escolar decide e planejam junto sobre as necessidades escolares. Conforme Libâneo (2004) a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, ela deve facilitar e estimular a participação e interação da comunidade escolar para propostas inovadoras visando sempre o processo ensino aprendizagem. Assim se faz necessário um Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo este democrático e sua elaboração imprescindível lembrando que este é inacabado e sujeito a mudanças conforme as necessidades da escola. Suas propostas e ações são executadas e avaliadas com o propósito de alcançar todos os objetivos, inclusive o da extinção da evasão e infrequência escolar. Conforme Dourado, (2003, p.56), “O Projeto Político Pedagógico (PPP) se caracteriza como um dos principais instrumentos para a organização do trabalho e das atividades da escola e, particularmente, para a definição de sua própria organização pedagógica”.

Ainda citam que “na maioria das vezes desistimos na primeira tentativa de fazer com que os alunos continuem estudando”, como nos diz Freire, (2007, p. 41): “Um dos erros mais funestos que podemos cometer, enquanto estudamos como alunos ou professores são recuar em face do primeiro obstáculo com que nos defrontamos”. Então a escola deve sempre tentar, buscando as famílias, dialogando, investigando os motivos de o aluno evadir e propor alternativas para então, enviar o problema para frente. Se não solucionado o problema da evasão pela escola, esta tem o dever de comunicar o Conselho Tutela local através da ficha FICAI (ficha de comunicação do aluno infrequente). Conforme o artigo 56, II do ECA, que determina aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental a comunicação ao

Conselho Tutelar dos casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

2.5 Conselho Tutelar

A partir disto, foram entrevistados os membros do Conselho Tutelar do Município que relataram que o Conselho Tutelar somente interfere na vida familiar do aluno em relação à solução do problema evasão quando comunicados pela escola, pois somente esta tem a informação, ou quando ocorrem denúncias. As atitudes tomadas pelo Conselho Tutelar são de visitar a família do evadido dialogando para convencê-lo a retornar aos estudos explicitando a importância deste para a vida e expondo sobre as leis de obrigatoriedade. Os principais motivos encontrados pelo Conselho Tutelar são o trabalho e pelo fato de não gostar de estudar. Muitas vezes o aluno evadido é por problemas de doenças cognitivas. Com relação aos alunos evadidos ou infrequentes, as medidas de proteção que o Conselho Tutelar poderá tomar estão especificadas no artigo 101, I a VII do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo as seguintes:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII – abrigo em entidade.

Sobre os resultados obtidos, afirmam que na maioria das vezes o aluno volta a frequentar a escola a partir do diálogo e quando não ocorre o seu retorno o problema é enviado à promotoria local que, em muitos casos acaba arquivando os processos e liberando o aluno de estudar, sendo que a maioria dos arquivamentos é quando o aluno apresenta casos de doenças cognitivas.

CONCLUSÃO

De acordo com os dados coletados, nota-se que na escola pesquisada existem diferentes motivos para a evasão e infrequência dos alunos e não um único que dependem de diferentes fatores sendo estes extras e intraescolares, mas que, de acordo com as questões levantadas concluí-se que o trabalho seguido do desgaste, da falta de incentivo dos pais e gestores educacionais e as aulas desinteressantes são os principais motivos que os levam à evasão e à infrequencia escolar.

Verifica-se que os alunos, na sua maioria, faltam às aulas por necessidade de trabalhar para ajudar a família, acham desgastante realizar as duas atividades, mesmo sendo a sua obrigação estudar e não trabalhar. Outro fato é que se sentem com “preguiça” e sem vontade. Mesmo os pais considerando o estudo importante para a vida dos filhos, devem mostrar isso a eles através, do incentivo e exemplo, deixando claro que o estudo deve ser a sua prioridade, devido à importância para um futuro melhor, sendo os pais os principais motivadores e incentivadores para a situação, devendo ter uma maior participação na vida escolar do filho. Necessita-se de ações governamentais que visem a uma melhor distribuição de renda a população permitindo melhores condições financeiras para as despesas das famílias para com a educação dos filhos, mesmo com toda ajuda de custo que as famílias já obtêm com as políticas públicas criadas pelo governo.

Outro motivo a ser revisto, este sendo considerado um fator dependente somente da escola, que é o fato de que os alunos não mantêm um bom relacionamento com a equipe diretiva e professores, sendo que os pais consideram que a escola tem uma boa gestão, devendo estes fazer entender que a escola também possui regras a serem obedecidas e que necessitam respeitar para serem respeitados. O diretor, além de cumprir seu papel burocrático e pedagógico, deve ser um articulador e incentivador de sua equipe escolar, estimulando alunos e professores e proporcionando alternativas e estratégias que evitem a evasão, mantendo um bom relacionamento e envolvimento com todos que pertencem à comunidade escolar.

Os alunos consideram as aulas desinteressantes, portanto, a escola deve ser atrativa aos alunos em todos os aspectos para estimulá-lo a permanecer nela. Aqui está envolvida a afetividade, o bom relacionamento, o respeito às diferenças, as aulas interessantes e de acordo com a realidade da clientela. Mesmo tendo-se conteúdos obrigatórios, que não condizem com

a realidade, os professores devem achar uma forma de tornar o conhecimento interessante utilizando de diferentes métodos e ferramentas pedagógicas para aplicá-los, criando formas para motivar o aluno, mas para isso a escola necessita estar mais equipada proporcionando melhores condições para o professor desenvolver suas aulas de forma diferenciada e atrativa. O professor deve estar consciente que é um dos principais construtores da questão educacional e de sua qualidade.

Portanto, para tentar suprir este problema, de acordo com a realidade desta escola sugerem-se medidas a serem seguidas de modo que a evasão e infrequência sejam evitadas e não atentando a consequência do problema.

Como sugestão tem-se a melhora do currículo escolar, a motivação dos profissionais, adequação e criação de políticas públicas que contribuam para uma educação de maior qualidade, escola e famílias estruturadas que motivem, deem exemplos e influenciem de maneira positiva os estudos do filho, melhorar a distribuição de renda no país para que os pais possam arcar com as despesas da educação dos filhos sem a necessidade destes terem que priorizar o trabalho em detrimento do estudo. A escola deve ser prazerosa, com conteúdos relevantes, atuais, interessantes, aulas atrativas, professores mais responsáveis devendo influenciar o aluno a administrar seus próprios bens. A família deve fazer com que o aluno compreenda que a escola não é só ler e escrever, é aprender a atuar no mundo, ser crítico, resolver seus problemas, interagir, sair do conceito de mundinho e expandir-se no mundo. Muito disso vem da influência e cultura familiar onde receber ajuda do governo e sobreviver com ela basta para muitas famílias e é o exemplo que dão para seus filhos. O currículo deveria ser voltado totalmente ao interesse do aluno, cada um estudando o que lhe interessa o que lhe dá prazer, e não o que lhe é imposto, trabalhando as inteligências múltiplas, de acordo com a sua realidade. Fazer com que conheçam outras coisas do mundo, mas não obrigá-los. O professor deve atualizar-se, ser interessado, estar motivado, pois este tem grande influência com suas aulas que são um dos principais focos para o interesse do aluno em estudar. Os gestores precisam ser eficientes e responsáveis cumprindo seu papel de administrador e incentivador tanto dos profissionais quanto dos alunos. Necessita-se que governo, escola e família estejam unidos em prol da qualidade da educação, cada um cumprindo o seu papel e não culpando um ao outro, pois o bom desenvolvimento educacional da criança depende dessa união.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, V. **O que pensam os alunos sobre a escola noturna**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões de Nossa Época).
- ABREU, M. C. & MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula**. São Paulo: Editores Associados, 1990.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- ANTUNES, C. **Alfabetização Emocional**. 2. Ed. São Paulo: Terra, 1996.
- ANTUNES, C. **Para que servem os conteúdos?** [S. l.: S. n.: S. d.]. Disponível em: http://www.educacional.com.br/articulas/celso_bd.asp?codtexto=210. Acesso em 20/10/2014.
- ARROYO, M. **Revedo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- ARROYO, Miguel G. **Da Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular-nº 8).
- AZEVEDO, L. C. **A educação e o Ensino Obrigatório**. Conferências Populares, Rio de Janeiro, [s.n.] 1876.
- AZEVEDO, F. V. M. **Causas e Consequências da Evasão Escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves”**. [S. l.: S. n.: S. d.]. Disponível em http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/...Acesso em: 01/09/2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1997.
- BRANDÃO, et al. **Evasão e Repetência no Brasil: a escola em questão**. 15 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

BOMENY, H.M.B. E FEYTAL, R. **Descentralização no Brasil**: Reforma educativa em curso. Rio de Janeiro: UERJ. 1998

CASTOLDI, R; POLINARSKI, C. A. **A utilização de Recursos Didático Pedagógicos na Motivação da Aprendizagem**. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIENCIA E TECNOLOGIA. Ponta Grossa, PR, 2009. Disponível em: http://www.sinect.com.br/anais2009/artigos/8%20Ensinodecienciasnasseriesiniciais/Ensinodecienciasnasseriesinicias_Artigo2.pdfAcesso em: 05/09/2014.

CASTRO, P. C. **Evasão Escolar**. São Paulo: Atlas, 2002.

CHARLOT, B. **Relação com o Saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CODO, W. **Educação**: Carinho e Trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

CUNHA, L. A.. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 8. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CURY, C. R. J. **Legislação Educacional Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A ,2002

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão Escolar**: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar. [S. l.: S. n.: S. d.]. Disponível em: http://w.www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf. Acesso em: 31/10/2014

DOURADO, L. **Gestão Escolar Democrática**- A perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2003.

FERNANDES, C. M. B. **Educação e Cidadania na Escola**: Resgate histórico e considerações. Rio de Janeiro: Mimeo, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Tendências Pedagógicas**: O que são e para que servem. [S. l.: S. n.], 2000. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0327.html>. Acesso em: 20/10/2004.

GADOTTI, M.; ROMÃO, E. J. (org). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. Instituto Paulo Freire. 8ª ed. [S. l.] Cortez, 2004.

HUBERMANN, A. M. **Situación Actual y Perspectivas Futuras**. In Mialaret, G.(org). El derecho El niño a la educación. Paris: UNESCO, [s.d.].

IABELBERG, C. **Nosso Aluno**. GESTÃO ESCOLAR. [S. l.: S. n.: S. d.], Disponível em: (<http://gestaoescolar.abril.com.br/orientacao-educacional/catarina-iavelberg-nosso-aluno/>). Acesso em: 20/10/2014.

KNELLER, G. F. **Introdução à Filosofia**. 5ª Ed. Revisada e traduzida. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

LAKATOS, et al. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. revisada e ampliada, Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C.et al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LINDGREN, H. C. **Psicologia na sala de aula**. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

LUCK, H. **Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores**. Brasília: [S. n.], 2000.

MARCONATTO, L. J. **A Evasão Escolar no Curso de Técnico Agrícola na modalidade de EJA da EAF Rio do Sul -SC**. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Seropédica, 2009.

MARQUES, R. S.; CRUZ, M. S., (Orientadora). **A Reprovação Escolar nas Instituições de Ensino Fundamental de 1ª à 4ª Série: A realidade das escolas públicas do Bairro Pintolândia**. Artigo apresentado na 61ª Reunião Anual da SPBC. [S.l.:S.n.: S.d.].

MORAM, J. M.. **Educação Humanista e Inovadora**. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moram>. Acesso em: 31/10/2014

MEKSENAS, P. **Sociologia da Educação**: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, P. C. “Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos...pdf>. Acesso em: 20/10/2014.

PARO, V. H. **Qualidade do Ensino**: A contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

PATTO, M. H. S.. **A Produção do Fracasso Escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

RAMAL, A. **Filhos Bem Sucedidos**: sete maneiras de ajudar seu filho a se realizar na escola e na vida. Rio de Janeiro, Sextante, 2013.

ROSA, M. I. ; SCHNETZLER, R. P. [A investigação-ação na formação continuada de professores de Ciências](#). Ciência e Educação, Bauru, [S. d.].

SÊDA, E. M. **A criança e perfeito estadista guia do estatuto da criança e do adolescente para prefeitos municipais e sua equipe**. Rio de Janeiro: Adês, 2002.

SESSA, T. **E agora? Meu filho não gosta de estudar**. São Paulo: Literatus Livros, 2011.

VASCONCELOS, M. L. **Docência e autoridade no ensino superior**: uma introdução ao debate. In: TEODORO, A. e VASCONCELOS, M. L. (orgs). Ensinar e aprender no ensino superior: por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária. 2 ed. São Paulo: Mackenzie/Cortez, 2005.

SILVA, L.F **Relação Professor Aluno**. Rio de Janeiro: [S.n.], 2003.

SILVA, A. V. **O processo de exclusão escolar numa visão heterotópica**. In: Revista Perspectiva. v. 25, nº 86. Erechim, 2000.

SOARES, J. J. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar**. São Paulo, [S. n.], 2001.

SZYMANSKI, H. **Escola e família:** todos aprendem com essa parceria. NOVA ESCOLA, São Paulo: Abril, 2006.

ANEXOS

ANEXO A- Questionário direcionado aos alunos:

Quais os motivos para não frequentar a escola?

- 1- () Ajudar nos afazeres domésticos
- 2- () Trabalhar ou procurar trabalho
- 3- () Falta de transporte escolar
- 4- () Falta de dinheiro para as despesas (material, transporte, vestuário, calçados, etc) para manter-se na escola
- 5- () Não existe escola perto de casa
- 6- () Falta de vaga
- 7- () Concluiu a série ou curso desejado
- 8- () Não tem como ir
- 9- () Doença ou incapacidade
- 10- () Não quis frequentar a escola por problemas com direção, professores, colegas, etc
- 11- () Expulsão da escola que frequentava
- 12- () A escola mais perto não oferece séries mais elevadas
- 13- () É desgastante estudar e trabalhar
- 14- () Falta de segurança na escola
- 15- () Tem dificuldade de aprender
- 16- () As aulas são muito tradicionais, fora da sua realidade, desestimulando-o
- 17- () Os pais não querem que frequente
- 18- () Falta de motivação por parte da escola e professores
- 19- () Existem muitos alunos mais velhos misturados com os mais jovens
- 20- () Os pais preferem que trabalhe
- 21- Outro

motivo: _____

ANEXO B- Questionário direcionado a equipe diretiva (direção e vice-direção e supervisão escolar):

1- Qual é o papel da direção diante do problema evasão?

2- Como a direção vê a prática docente em relação à solução do problema evasão?

3- O projeto político pedagógico de sua escola satisfaz as necessidades escolares?

4- Em sua opinião para melhorar a situação da evasão escolar atual seria necessário:

() Mais atenção do governo com as famílias mais carentes

() Melhorar as condições da escola

() Maior interesse e estímulo da família em relação aos estudos do filho e participação escolar

() Aulas mais atrativas, interessantes

() Melhorar a capacitação profissional dos professores para saber lidar com as diferenças na escola e com os alunos da nova era

() Tomar outras medidas. Sugira: _____

ANEXO C- Questionário direcionado aos professores:

- 1- Qual a linha pedagógica você trabalha?

- 2- Você considera suas aulas atrativas e interessantes para os alunos?

- 3- Que recursos você utiliza em suas aulas?

- 4- O que você acha sobre os conteúdos escolares obrigatórios?

- 5- O projeto político pedagógico de sua escola satisfaz as necessidades escolares?

- 6- Como você vê o papel da direção escolar diante do problema evasão?

- 7- Em sua opinião para melhorar a situação da evasão escolar atual seria necessário:
 - () Mais atenção do governo com as famílias mais carentes
 - () Melhorar as condições da escola
 - () Maior interesse e estímulo da família em relação aos estudos do filho e participação escolar
 - () Melhorar a capacitação profissional dos professores para saber lidar com as diferenças na escola e com os alunos da nova era?
 - () Tomar outras medidas. Sugira:

ANEXO D- Questionário direcionado às famílias:

- 1- Você considera importante o estudo para o futuro de seu filho?
- 2- Quais os motivos que levam seu filho faltar aula?
- 3- Você está satisfeito com a direção escolar? Por quê?
- 4- Seu filho gosta de ir à escola? Por quê?
- 5- Seu filho gosta dos professores e das aulas aplicadas por eles? Por quê?
- 6- Você participa ativamente da vida escolar de seu filho? De que forma?

ANEXO E- Entrevista com o Conselho Tutelar:

- 1- A partir de que momento o conselho tutelar interfere na vida familiar do aluno em relação à solução do problema evasão escolar?
- 2- Quais atitudes são tomadas pelo conselho tutelar em relação à evasão?
- 3- Isso traz resultados positivos ou não ocorrem mudanças?